



O desenvolvimento da leitura e escrita na educação infantil

The reading and writing development in early childhood education

Maria Zuleide de Oliveira Souza

Professora da rede municipal, licenciada em Pedagogia e especialista em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)
E-mail: zuleidejunco2012@hotmail.com

José Ozildo dos Santos

Docente, mestre em Sistemas Agroindustriais pela UFCG, especialista em Direito Administrativo (FIP); Gestão Pública (UEPB) e Educação Ambiental e Geografia do Semiárido (IFRN) e pós-graduando em Educação para os Direitos Humanos e em Metodologia do Ensino na Educação Superior
E-mail: joseozildo2014@outlook.com

Resumo: Antes de ir para a escola, a criança já tem certo conhecimento sobre a escrita, consequência de sua vivência no meio em que faz parte. Assim, quando começa a frequentar o ambiente educativo, suas chances de exercitar a leitura e a escrita aumentam, porque ali ela terá acesso a atividades previamente preparadas, que a ajudarão a desenvolver o processo da leitura e da escrita de maneira correta e de acordo com suas capacidades e limites. Este artigo busca retratar as questões que permeiam a construção da leitura e da escrita na educação infantil. Através de pesquisa com autores de renome, pode-se observar a importância de se dar oportunidade às crianças ainda pequenas de “lerem e escreverem” mesmo sem saber realizar tais atividades convencionalmente. A escola deve ter como um de seus principais objetivos o de formar escritores competentes, hábeis, capazes de produzir textos coerentes, organizados e claros, tornando-o apto a produzir um discurso com base no objetivo proposto, sabendo expressar por escrito seus sentimentos, experiências ou opiniões.

Palavras-chave: Ambiente Educativo. Escrita. Leitura.

Abstract: Before going to school, the child already has some knowledge of writing, the result of his experience in the environment in which it belongs. So when you start to attend the educational environment, your chances of practice reading and writing increase, because there she will have access to previously prepared activities that help to develop the process of reading and writing correctly and in accordance with its capabilities and limitations. This article seeks to portray the issues that permeate the construction of reading and writing in kindergarten. Through research with renowned authors, one can observe the importance of giving opportunity to even small children to "read and write" even without knowing perform such activities conventionally. The school should have as one of its main objectives to train competent writers, skilled, able to produce coherent texts, organized and clear, making it able to produce a speech on the proposed goal, knowing express in writing their feelings, experiences or opinions.

Keywords: educational environment; writing; reading.

Recebido em: 26/07/2015

Aprovado em: 15/08/2015

1 Introdução

A educação infantil, atualmente, vê-se num dilema entre as tendências tradicionais de ensino e as novas concepções com visão mais ampla que exigem do educador: novas posturas, adequação de um novo perfil de profissional, trabalhar colocando a criança como centro do processo educativo, saber cuidar e também educar.

A educação infantil é a primeira modalidade do processo educativo. É nela onde a criança tem os primeiros contatos com a leitura e a escrita, ingressando, desta forma, no mundo letrado.

O objetivo desse projeto é buscar identificar como ocorre o processo de letramento e alfabetização na educação infantil, quais são os elementos usados pelos docentes para proporcionarem uma apropriação da leitura e da escrita menos traumática possível.

2 Revisão de Literatura

2.1 Do conceito de alfabetização às estratégias do processo de construção da linguagem escrita

Para fundamentação desse projeto é necessário termos bem sistematizados conceitos que embasam a nossa prática docente; partimos de um conceito geral de alfabetização para um conceito mais específico da alfabetização em relação à educação infantil, que é fio condutor dessa investigação. A essência da alfabetização é definida pelo processo de construção e assimilação de regras, símbolos, variações da língua, não se resume apenas na aquisição dessas habilidades mecânicas (codificação e decodificação), mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento.

O processo de construção da linguagem escrita inicia a partir dos primeiros contatos do sujeito com os atos de ler e de escrever: ouvindo histórias, observando outras pessoas escreverem. O contato com a língua escrita, em geral se dá através da família: observando pai ou a mãe lendo um livro, um bilhete, uma receita, o jornal e outros impressos escritos presentes no nosso cotidiano.

A possibilidade de observar e refletir sobre os atos observados permite que o sujeito vá construindo conhecimento sobre o funcionamento da língua escrita. Dessa forma, a leitura em voz alta, de um leitor para um não-leitor, é uma estratégia utilizada com êxito no desenvolvimento da leitura. É ela que vai promover o encontro do texto com o futuro leitor.

Segundo Giardinelli (2010, p. 113):

A leitura em voz alta é para mim o caminho mais poderoso do fomento à leitura. É a via ideal, quase perfeita, para o estabelecimento de uma relação amigável com a leitura e com os livros, e, conseqüentemente, para o acesso ao conhecimento. Ainda mais, a leitura em voz alta é a chave para a educação e para o saber, para a construção de cidadãos responsáveis e de uma sociedade melhor.

Para o mesmo autor cabe lembrar a ideia de que a leitura em voz alta é uma partilha prazerosa das palavras e da linguagem, é um alimento para o ser humano em que se compartilha o que se tem. Se alguém se perguntasse

como começar a aplicar a estratégia da leitura em voz alta, a resposta seria extremamente simples: começa-se começando a ler.

De acordo com Abramovich (1997, p. 17):

É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve.

A literatura possui uma função muito importante no desenvolvimento do sujeito leitor, pois ela desenvolve os mais variados conhecimentos.

A função da leitura, segundo Jolibert (1994) tem como objetivo informar, promover a comunicação, nutrir e estimular o imaginário, organizar a vida em grupo, indicar a maneira de fazer/confeccionar diferentes objetos e documentar-se, dentre outros.

Diante disso, é possível perceber que é obrigação de todo professor, desde a Educação Infantil, incentivar o desenvolvimento de comportamentos leitores antes mesmo de a turma aprender formalmente a ler. Comentar ou recomendar algum texto, compartilhar a leitura de um livro, confrontar ideias e opiniões sobre notícias e artigos com outras pessoas - tudo isso ajuda a estabelecer gostos, reconhecer finalidades dos materiais escritos, identificar-se com o autor ou distanciar-se dele, assumindo uma posição crítica.

Partilhando dessa ideia, Foucambert (1994, p. 31) explicita:

Para aprender a ler, enfim é preciso estar envolvido pelos escritos os mais variados, encontrá-los, ser testemunha de e associar-se à utilização que os outros fazem deles - quer se trate dos textos da escola, do ambiente, da imprensa, dos documentários, das obras de ficção. Ou seja, é impossível tornar-se leitor sem essa contínua interação com um lugar onde as razões para ler são intensamente vividas.

No mundo todo, crianças que vivem em ambientes alfabetizadores (ou seja, aqueles em que as pessoas fazem uso regular do ato de ler e escrever) têm a oportunidade de construir esse conhecimento naturalmente ao imitar as ações dos parentes e amigos. Já os que não vivem cercados de "letras" precisam (e muito) da ajuda da escola.

Atualmente, o professor que se propõe a trabalhar em salas de educação infantil, deve, sem dúvida, ser um profissional com formação "multifacetada".

Soares (2002) afirma que o processo de alfabetização tem uma natureza complexa, envolvendo conteúdos de diversas áreas, como Psicologia, Linguística, Sociologia, visando, de fato, à aprendizagem dos alunos. Dessa forma, buscamos, em nossa intervenção, elaborar exercícios que envolviam os diversos aspectos do processo de alfabetização, proporcionando aos alunos atividades de aquisição da escrita.

Ao encontro de Soares (2002), outro fator importante a ser destacado é a relação entre alfabetização e letramento. Letramento deve ser entendido como inserção social do indivíduo num mundo da escrita, que vai além da alfabetização, entendida como aquisição do código. Nesse sentido é que se afirma que é necessário, na escola, alfabetizar letrando, visto que deveríamos proporcionar atividades para alfabetizar em situações de uso da língua socialmente relevantes.

Batista (2006) mostra que não existe uma relação direta entre escolaridade e letramento, mas a escolarização possibilita aos alunos participarem de eventos de letramento, ter o contato com diversos gêneros, fazendo com que estes se reconheçam em uma sociedade letrada, onde a escrita, a leitura e a linguagem são instrumentos de poder. Dessa forma, julgamos relevante o trabalho com a literatura infantil buscando levar os alunos a se constituírem como leitores eficazes, socialmente situados.

No processo de aprendizagem da língua escrita, o trabalho com objetos significativos para o aluno, com certeza, contribuirá muito para o desenvolvimento da alfabetização. Quando o aluno percebe que portadores de textos estão ligados a assuntos do seu cotidiano, seu interesse é estimulado, pois entende que a língua escrita tem significado na sua realidade imediata. Independentemente do método adotado, o professor deve cuidar para oferecer um ambiente propício aos interesses e necessidades do aluno para que ocorra a aprendizagem.

Os atos de brincar, dramatizar, simbolizar são valiosos para o desenvolvimento da alfabetização e devem ser desenvolvidos desde o ensino infantil. A criança que tem liberdade para brincar, dramatizar, se expressar, com certeza terá um desenvolvimento mais saudável.

2.2 O processo de construção da leitura e da escrita

A escrita pode ser considerada uma das mais antigas “tecnologias” que a humanidade já teve a oportunidade de conhecer. Por muito tempo, serviu e tem servido ainda para muitas finalidades, quer sejam religiosas, políticas, literárias ou publicitárias, as quais foram sendo desenvolvidas no decorrer da história, ao longo do tempo.

Por volta do século III a.C, como afirma Curto (2000) que já se podia utilizar da escrita cuneiforme na Mesopotâmia, embora esta apresentasse características diferentes. Nessa ocasião, a escrita era feita sobre tabletes de argila. Mas, por volta do quarto milênio, antes da nossa era, a escrita passou a ser mais utilizada e, conseqüentemente, mais valorizada devido à necessidade de se realizar registro de entrada e saída de mercadoria nos países. Como resultado, a escrita foi adotada como um sinal ou uma marca sobre um pedaço de argila que poderia ser conservada e transportada.

Nos anos 30, vários pesquisadores buscaram estudar o desenvolvimento da escrita nas crianças pré-escolares. E, apenas nos anos 70, houve possibilidades de esses estudiosos pesquisarem mais a fundo na questão, tendo a oportunidade de analisar a variedade de conceitos apresentados pelas crianças em relação à natureza dos sistemas de escrita e leitura.

Quando muitos desses pesquisadores começaram a suspeitar do fato de que a criança já chega à escola dotada de conhecimentos prévios sobre alfabetização, passaram a investigar como as crianças adquirem os primeiros conhecimentos relacionados à escrita. Para isso, alguns fizeram uso da pesquisa naturalística e começaram a colher informações e observações em relação à realidade de cada uma delas (experiências da vida diária), e ainda outros buscaram respostas às suas questões por meio de estudos experimentos.

Alguns antropólogos e historiadores sociais se aprofundaram em verificar as influências que a comunidade, família, sociedade e natureza social exercem no desenvolvimento da escrita, e o resultado foi a comprovação de que esses fatores realmente influenciam no processo de aquisição da escrita.

No entanto, foi o trabalho de Piaget (1976) que causou um maior impacto sobre a verificação da maneira como as crianças aprendem em seu mundo. Suas abordagens clínicas muito contribuíram para um melhor entendimento a respeito do mundo infantil.

A metodologia piagetiana transporta os temas relacionados ao aprendizado da escrita para um contexto social, estabelecendo um intercâmbio escolar e os conhecimentos adquiridos no cotidiano.

Ainda segundo Piaget (1996, p. 89):

O raciocínio é o aspecto mais importante que se apresenta no período das operações concretas. As ações são controladas pela atividade cognitiva, não precisando das percepções que eram necessárias no período pré-operacional. Neste período, a criança opera através da seriação, organizando mentalmente um conjunto de objetos tanto na ordem crescente como decrescente de tamanho, cor e forma. Logo, a capacidade de seriar vai sendo construída pelo sujeito gradativamente.

As ideias de Piaget sobre a aquisição da linguagem são muito simples, apesar de terem revolucionado o estudo da linguagem como também do pensamento das crianças. Seus estudos centravam-se apenas nas características das crianças, naquilo que ela tem e não nas suas deficiências com relação aos adultos. Para ele assim como também para os behavioristas a criança adquire sua linguagem através de suas relações com o meio.

O ponto forte de sua teoria é a revelação e a classificação de novos fatos, sempre evitando a generalização para não correr o risco da coexistência de duas posições opostas, da dualidade que ocorre em consequência da grande incompatibilidade entre as teorias.

Piaget considera o egocentrismo, que para ele ocupa uma posição genética, como o elo de toda a característica lógica das crianças, como também uma estrutura intermediária entre o pensamento autístico e o pensamento dirigido.

A partir de aprofundamento em teóricos de renome pode-se acrescentar muito as aprendizagens relacionadas às principais fases do desenvolvimento infantil, podendo-se ainda observar a descrição da evolução do desenvolvimento da moralidade infantil, segundo Piaget e a distinguir entre atividades que facilitam ou dificultam a

construção da socialização da criança. Piaget não define idades rígidas para os estágios do desenvolvimento cognitivo infantil, mas afirma que estes se apresentam em uma sequência constante.

O estudo das teorias piagetianas sobre o desenvolvimento cognitivo e da moralidade infantil pode ser de imenso valor para cada educador. Conhecendo bem as fases de desenvolvimento em que se encontra a criança, ele será capaz de oferecer-lhe uma mediação adequada e eficaz.

O trabalho sobre linguagem escrita começou a ser divulgado, no Brasil, no ano de 1980 com Emília Ferreiro que trabalhava com crianças pré-escolares de países como Argentina e México. Através de seu trabalho, buscava novos métodos de alfabetização e, como resultado, Ferreiro desenvolveu uma pesquisa embasada em aspectos até então não considerados na relação das crianças com a linguagem escrita.

Ainda nessa época, como afirma Smolka (1996), Goodman investigou e analisou rótulos de embalagens de produtos industrializados como forma de trabalhar a interpretação das crianças.

No trabalho realizado por Goodman (SMOLKA, 1996), foram feitas entrevistas com crianças pertencentes a vários contextos socioeconômicos. Para isso, o estudioso partia da linguagem escrita apresentada em produtos utilizados por elas, e a esse processo, dava o nome de contexto imediato. E a cada etapa, a língua escrita ia sendo descontextualizada, até que fosse possível ser apresentado às crianças um signo escrito sem o apoio de elementos contextuais, como por exemplo, por meio de desenho, cor ou forma. O resultado do trabalho foi satisfatório devido especialmente a um fator: as crianças aprendiam a partir de seu cotidiano.

Vygotsky também foi um dos grandes colaboradores para o entendimento do processo de desenvolvimento da escrita na criança. Smolka (1996, p. 57) fala sobre a filosofia desse estudioso, destacando que:

[...] a linguagem é uma atividade criadora e construtiva de conhecimento e, por isso mesmo transformadora. Nesse sentido, a aquisição e o domínio da escrita como forma de linguagem acarretam uma crítica mudança em todo o desenvolvimento cultural da criança.

Em relação ao desenvolvimento da escrita com base na idade da criança, é válido considerar que ainda bem pequena, a criança considera a palavra como parte do objeto e não como um signo. Já por volta dos dois ou três anos de idade, a escrita é percebida como conjunto de marcas gráficas e passa a ser considerada como um objeto em si e não um objeto simbólico. Nesse período, a “escrita” realizada pela criança, normalmente, é acompanhada de um objeto ou de uma imagem.

A Educação Infantil é entendida como o primeiro nível educacional, e é definida por teóricos, especialistas e educadores, como aquela que abrange os níveis do maternal – para as crianças de zero a três anos – e do jardim de infância – para aqueles de três a seis anos de idade.

Ressalta o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 11) que a expansão

da educação infantil no Brasil e no mundo "tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias".

Vista como sendo um espaço privilegiado de inserção onde as crianças se deparam com a heterogeneidade, a Educação Infantil contribui para o desenvolvimento da linguagem, constituindo-se num processo constante de criação, significação e ressignificação dos conhecimentos da criança, integrando-a melhor com o mundo.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL 1998) fundamenta-se no reconhecimento da criança como cidadã e na família como unidade referencial. Nela, a criança é vista num contexto amplo, interdisciplinar e interinstitucional, mediante a proposição de ações que se complementam e se inter-relacionam, num trabalho de construção e cooperação, visando o atendimento de suas necessidades globais.

As instituições de educação para as crianças entre 0 e 5 anos de idade começam a se esboçar, no continente europeu, ainda, no final do século XVIII, sendo de cunho assistencialista, propagando-se por meio de uma circulação de pessoas e ideias advindas da preocupação com a criança pequena visto que as mulheres iniciaram o ingresso no mercado de trabalho, necessitando de alguém para cuidar de seus filhos pequenos. Sabe-se que desde o nascimento, a criança é social.

Além dos laços familiares que a unem a determinadas pessoas, as atividades ligadas à sua sobrevivência são realizadas pelos outros. No decorrer de tais atividades, ela começa a desenvolver sentimentos agradáveis e aprende a evitar estímulos desagradáveis.

Aos poucos, a criança tem necessidade de contatos mais prolongados com o outro, imita sons e movimentos das pessoas ao seu redor. Mas, a realidade na qual a criança inicia seu processo de desenvolvimento não é só constituída de pessoas, há também objetos físicos que são reconhecidos na medida em que a criança interage com eles.

2.3 A linguagem na construção do saber na educação infantil

A partir do momento em que foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL 1998), muito se tem observado no que tange às transformações que estão ocorrendo nas instituições.

A preocupação com o atendimento às crianças de zero a seis anos tem aumentado, sendo contemplado o trabalho nas creches para as crianças de zero a três anos e nas chamadas pré-escolas ou centros e classes de educação infantil para aqueles de quatro a cinco anos, se fazem necessárias além de nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, estabelecem paradigmas para a própria concepção desses programas de cuidado e educação com qualidade.

Monarcha (2001) ressalta que os estudos que atribuem aos jardins de infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências

históricas que mostram uma estreita relação entre os aspectos: a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o jardim-de-infância foi uma delas, assim como a creche e as escolas maternas.

Desde o século XIX, o tipo de política pública voltada para a infância tem uma discriminação histórica, pois as iniciativas voltadas para a educação, saúde, higiene e nutrição ocorriam no âmbito da assistência, caracterizando-se como uma proposta educacional somente para os pobres, vinculada aos órgãos assistenciais.

Na Educação Infantil, a presença de alguns adultos que não são qualificados apropriadamente para o trabalho do cuidar e educar, além de o problema orçamentário dificultar as políticas para a Educação Infantil, há ainda o descaso e o despreparo dos Cursos de Formação de professores em Nível Médio, dos chamados Cursos Normais, bem como os de Pedagogia em nível superior na definição de qualificação específica de profissionais para o trabalho com crianças de zero a cinco anos.

Partindo desse pressuposto, buscaram-se situações que levem a criança de zero a cinco anos a um processo de adaptação à Educação Infantil e de socialização nesse ambiente como algo bom e prazeroso de se vivenciar todos os dias, vinculando a afetividade como peça fundamental para essa integração. Enfatiza-se a importância das instalações, da questão do espaço, do tempo, para se criarem vínculos afetivos, embora se tenha consciência de que estes devam ser apenas coadjuvantes de um ambiente afetivo e social que proporcionem um adequado nível de qualidade para o atendimento da criança.

Segundo a Resolução nº173/99 e os RCNEI's (BRASIL1998), a Educação Infantil deve estar fundamentada numa concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento com direitos aos bens e serviços de qualidade substanciados em atendimento que privilegie a educação, a saúde, a proteção e a alimentação, não apenas para suprir carências da infância, mas para assegurar de forma adequada o seu desenvolvimento pleno e integral.

A criança deve ser vista como sujeito ativo da construção de seu conhecimento, como sujeito social e histórico, identificado pelo meio em que se desenvolve e que também o marca.

O docente, para atuar na Educação Infantil, deverá ser formado em curso de nível superior (licenciatura de graduação plena), admitida como formação mínima a oferecida em nível médio (modalidade normal), evidenciando a importância que deve ser dada a esse profissional visto que a Educação Infantil é a base para a educação e a prioridade para as gerações futuras no contexto educacional.

Como os próprios PCNs (BRASIL, 1996, p. 52) ressaltam:

É necessário que se compreenda que leitura são práticas complementares, fortemente relacionadas que se modificam mutuamente no processo de letramento a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços da oralidade”

nos textos escritos). “São práticas que permitem ao aluno construir seus conhecimentos sobre os diferentes gêneros sobre os procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los e sobre as circunstâncias de uso da escrita”.

O sistema de ensino deve promover o aperfeiçoamento dos professores, legalmente habilitados para o magistério, em exercício em instituições de Educação Infantil, de modo a viabilizar formação que atenda aos objetivos da Educação Infantil e às características da criança de zero a cinco anos de idade.

Com o passar do tempo, a criança começa a imaginar que existe certa relação entre o portador do texto (desenho) e o texto em si mesmo. Isso ocorre devido à proximidade física que a criança passa a ter com os objetos e, posteriormente, o texto passa a ser visto como objeto simbólico. A partir dos cinco anos a criança percebe a escrita como fato visual que, por meio de disposições visuais gráficas, pode ser possível tornar evidentes: os fatos não-visuais que dizem respeito à linguagem. A linguagem escrita também começa a entrar na vida da criança muito antes de seu ingresso na escola.

O aprendiz quando tem acesso à informação, é capaz de ler produtivamente e de redigir vários tipos de textos, dominando a linguagem que se usa para escrever. A escrita é um objeto sociocultural do conhecimento, para tanto, Oliveira (2005, p. 27) afirma que “[...] toda criança, ao se inserir na cultura letrada, apropria-se do sistema de escrita, um objeto cultural, resultado de uma construção social, em interação dialógica com outras pessoas”.

Por isso, ela pensa, reflete e tem ideias sobre a escrita antes de ser formalmente introduzida no processo de escolarização.

Salienta-se que, ao promover experiências significativas de leitura e escrita, levam-se em consideração as ações que serão desenvolvidas nesse processo. Portanto, as situações de aprendizagem devem ser desafiadoras e problematizadoras, pois, nesse caso, a criança deve refletir e ampliar seu conhecimento no desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às competências linguísticas.

Os Parâmetros Curriculares (BRASIL, 1999, p. 16) alertam que:

Muitas vezes este tipo de dificuldade com relação a os processos de aprendizagem da escrita é consequência de mal sucedidas experiências anteriores. Por isso investir na mudança de postura do aluno. Diante de suas dificuldades, fazendo-o incorporar o trabalho da escrita com suas necessidades mais urgentes...

O conhecimento sob forma de palavra, de ideia, de teoria é o fruto de uma tradução, reconstrução por meio da linguagem e do pensamento. O domínio da escrita e da linguagem se desenvolve de forma processual, por meio de um longo trabalho interno de construção de hipóteses a respeito do que é a escrita e de como se escreve. A partir do contato com diversas situações de leitura e escrita as crianças começam a elaborar suas hipóteses a respeito da escrita. Dependendo da importância, frequência e qualidade que a escrita tem em suas vidas, essas hipóteses

de como se lê e se escreve podem evoluir mais lentamente ou mais rapidamente, sendo esse momento um processo de construção pessoal.

De acordo com Goulart (2002, p. 52):

Podemos entender tal relevância no sentido da participação crítica nas práticas sociais que envolvem a escrita, mas também no sentido de considerar o diálogo entre os conhecimentos da vida cotidiana, constitutivos de nossa identidade cultural primeira, com os conhecimentos de formas mais elaboradas de explicar aspectos da realidade.

Pelo fato de as crianças encontrarem dificuldades na compreensão do sistema de escrita e, na maioria das vezes só consegue compreendê-las a partir dos oito anos, o trabalho do professor alfabetizado, comprometido com a educação, torna-se prazeroso a partir do momento em que todos os avanços dos alunos são analisados e aceitos pelo professor.

Durante o processo de construção da escrita, a criança formula diversas hipóteses sobre a representação gráfica de sua fala, mas nem sempre essa fase é compreendida pelos educadores, o que pode acabar comprometendo a sólida formação do educando. O processo da construção da escrita deve ser realizado de maneira sólida e eficaz, principalmente pelo fato desta ser responsável pelo progresso social do indivíduo. Por isso, cabe ao educador se preocupar com a efetivação de tal prática em sala, pois dependendo de sua ocorrência, pode contribuir para um desenvolvimento educacional negativo na criança.

3 Considerações Finais

A escola se incumbiu de introduzir a criança ao mundo da escrita; essa tarefa complexa envolve mais que ensinar a codificar e decodificar signos, pois a leitura é processo muito amplo: é atribuir significado aos sinais gráficos, conforme o sentido que o escritor lhe atribui e conforme também a relação que o leitor estabelece com sua própria experiência. Ler envolve reagir com os sentidos (quando se vê e se ouve os símbolos gráficos) e com a emoção (apreciar, desgostar, concordar ou discordar, identificar-se, satisfazer-se).

A escrita constitui um instrumento do desenvolvimento cognitivo, cabe à instituição escolar utilizá-la a escrita em parceria com os demais recursos expressivos que fazem parte do cotidiano da criança e não como fazem alguns professores que acreditam só estar trabalhando à escrita através de livros e leituras que muitas vezes possuem palavreados fora da realidade do educando.

Durante o processo de construção da escrita, a criança formula diversas hipóteses sobre a representação gráfica de sua fala, mas nem sempre esta fase é compreendida pelos educadores, o que pode acabar comprometendo a sólida formação do educando. Com isso, percebe-se a real necessidade em abordar o assunto em questão.

Usualmente define-se leitura a partir de uma perspectiva individual, sendo considerado o resultado de um período determinado de escolarização. Logo, ler não é

inato ao ser humano. A dimensão social se apresenta de modo mais evidente, idealizada independentemente dos sujeitos que dela necessitam.

Porém atualmente se tem uma leitura como prática mecânica de aprendizagem e se tem uma escola que se arvora no direito de formar leitores dessa sociedade, sem que os mesmos sejam considerados dentro do ambiente escolar.

A construção da escrita e da leitura não tem idade para começar, tudo depende da maturidade dos alunos, mas essa aprendizagem sistêmica pode muito bem começar na Educação Infantil para que posteriormente a criança consiga um maior desenvolvimento e um melhor rendimento nas aulas e conseqüentemente em sua alfabetização.

4 Referências

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. 4.ed. São Paulo: Scipione, 1997.

BATISTA, A.A.G. Alfabetização, leitura e escrita. In:_____. **Coletânea Salto Para o Futuro: Práticas de leitura e escrita**. Secretaria de Educação Básica- Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução**. Brasília, 1998.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FOUCAMBERT, J. (1994). **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas.

GIARDINELLI, Mempo. **Voltar a ler: Propostas para ser uma nação de leitores**. São Paulo: Ed. Nacional, 2010.

GOULART, C. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2012.

JOLIBERT, Josette. **Formando crianças leitoras**. Trad. de Bruno Charles Magne. Vol.1. Porto Alegre: ArtMed, 1994.

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2003.

MONARCHA, C. Revista do Jardim de Infância: uma publicação exemplar. In: MONARCHA, C. (org.) **Educação na Infância Brasileira**. 1875-1983. Campinas: Autores Associados, 2001.

OLIVEIRA, Marlene Martins de. **Práticas de leitura e escrita dos professores de uma escola do sistema**

municipal de Ensino de Vitória. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

PIAGET, J. **Para onde Vai a Educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como um processo discursivo.** 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP. UNICAMP, 1993.

SOARES, M. Alfabetização e cidadania. In: **Alfabetização e Letramento.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.